

MICHEL FOUCAULT: O DISCURSO, AS PRÁTICAS DISCURSIVAS - INTERPELAÇÕES ÀS PRÁTICAS DE NUMERAMENTO.

Maria Celeste Reis Fernandes de Souza¹

O título deste artigo, já expressa os seus desafios: transitar pelas teorizações foucaultianas relativas ao discurso, compreendendo as articulações do conceito de prática discursiva, no interior dessas teorizações, e como o mesmo nos move a interpelar as práticas de numeramento de alunas e alunos da Educação de Pessoas Jovens e Adultas².

Transitar pelas teorizações foucaultianas não é tarefa fácil dada à densidade teórica do pensamento desse filósofo e o seu rompimento com paradigmas, até então, postos na modernidade como o paradigma da primazia do sujeito, da ideologia, da hermenêutica e da dialética. Esses paradigmas, nos quais fomos formados, e que, por vezes, nos enredam em suas malhas, dificultam a nossa compreensão sobre as teorizações foucaultianas. Outra dificuldade, ao transitar por essas teorizações, é que Foucault não se dá a conhecer tão facilmente. Na verdade, ele se apresenta, se esquiva, diz o que não é, usa de inúmeras metáforas, nos convida a tantas e infinitas leituras. Um texto seu é sempre um modo muito próprio de analisar escritos anteriores e de lançar setas em tantas outras direções. Por isso, esse desafio é apaixonante, nos instiga, move, *co-move*, porque Foucault nos desinstala e, ao mesmo tempo que nos convida a nos colocar em uma zona de risco, ou como diria Roger Chartier (2002) à beira da falésia, nos convida também a lhe sermos infiéis; infidelidade confortadora, pois permite-nos utilizar de forma mais tranqüila suas ferramentas, dirigindo nosso olhar e nossas inquietações a outros lugares

Outro desafio diz respeito às discussões relativas ao numeramento, por essas se constituírem, de certa forma, uma *novidade* no campo da Educação Matemática como expressa a pluralidade³ de conceitos e interpretações a ele relacionados: alfabetismo matemático, letramento matemático, literacia estatística, materacia, numeramento. Se no campo da leitura e da escrita, o termo letramento, surgido em meados dos anos 80, ainda causa estranheza, como salienta Soares (2001) e precisa ser explicado, imaginemos a estranheza dessas discussões no campo da Educação Matemática e, a necessidade constante de, ao procurarmos compreender o termo

numeramento, nos voltarmos para as discussões acerca do termo letramento, o que nos impele a enveredar pelos estudos no campo da linguagem, empreitada, nada fácil.

O sentido de iniciar este artigo, explicitando esses desafios, é uma afirmação sobre o que o mesmo, imagino, será: lacunar, repleto de não ditos, de incompletudes, mas, por isso mesmo, pleno de possibilidades ao se propor a essas interpelações, entre as práticas de numeramento e a prática discursiva, na perspectiva Foucaultiana.

A prática discursiva em Michel Foucault

O conceito de prática discursiva em Michel Foucault não pode ser recortado, isolado, no interior das suas teorizações sobre o discurso, sem se considerar sua circularidade com relação ao discurso, enunciado, enunciação, formação discursiva. Na verdade, não podemos estabelecer uma linearidade ou uma hierarquização entre esses conceitos. Assumamos que os mesmos formam, como sugere Maria do Rosário Gregolin (2004b), círculos concêntricos.

A noção de discurso tem uma centralidade na obra de Foucault, pois é o “fio condutor de suas investigações”(GREGOLIN,2004a,p.59). Desde os seus livros iniciais, **As palavras e as coisas, O nascimento da clínica** e a **História da Loucura**, o autor tem como preocupação a produção do sujeito pelo discurso, mas é na obra **A Arqueologia do Saber** que ele vai teorizar sobre o discurso, e, nos livros posteriores, vai se ocupar das relações entre o discurso e o poder na produção dos sujeitos.

Em uma perspectiva pós-saussureana, para Foucault o discurso deixa de ser visto como conjuntos de signos que remetem a conteúdos ou representações, reflexo das coisas, mas, como práticas que cria essas coisas.

Embora reconheça que os signos têm uma função de designação, Foucault, não tem como propósito discutir a materialidade lingüística, a língua vista como um conjunto finito de regras “constitui sempre um sistema para enunciados possíveis” (FOUCAULT, 2005, p.30).

Para Foucault, o discurso é um conjunto de enunciados que, além de designar as coisas, produzem-nas, e devem ser vistos como práticas que

formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse *mais* que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse

“mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (FOUCAULT, 2005, p.55)

Portanto, se é no enunciado que o discurso se manifesta, é aos enunciados que Foucault vai dedicar o capítulo 3, do livro **A Arqueologia do saber**, o que mostra a importância desse conceito nas suas teorizações sobre o discurso. O autor se ocupa, nesse capítulo, em definir o enunciado, mostrando como, nos capítulos anteriores, havia empregado a palavra de forma polissêmica e indaga, que, se estava em seus propósitos descrever “enunciados”, ele não o tinha feito, embora tenha, insistentemente, falado em enunciados.

Finalmente, em lugar de estreitar, pouco a pouco, a significação tão flutuante da palavra discurso”, creio ter-lhe multiplicado os sentidos: ora domínio geral de todos os **enunciados**, ora grupo individualizável de **enunciados**, ora prática regulamentada dando conta de um certo número de **enunciados**; e a própria palavra discurso que poderia servir de limite e de invólucro do termo **“enunciado”**, não a fiz variar, à medida que perdia de vista o próprio **enunciado?** (FOUCAULT, 2005, p.90) (Grifos meus)

O enunciado, citado 5 vezes pelo autor, é a unidade molecular do discurso, entretanto, difere do ato de fala; não é uma frase, uma estrutura, uma enunciação, o que se diz. Não há nele um sentido e um significado a ser desvelado, ele é, sempre, “uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis” e que faz com que os enunciados “ apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço” (FOUCAULT, 2005, p.98).

Ampliando a compreensão sobre o enunciado como uma função, Gilles Deleuze (1988), destaca a sua mobilidade que não se fixa nas palavras e proposições, ou em seu sentido, mas que se instala em uma “espécie de diagonal, que tornará legível o que não podia ser apreendido de nenhum outro lugar, precisamente os enunciados”. (ibidem, p. 14)

O enunciado, como uma unidade elementar do discurso, difere das palavras e das coisas que elas designam, da frase e do seu sentido, pois na perspectiva foucaultiana há, sempre, nos enunciados, uma relação que envolve sujeitos, e que, ao materializar-se em um tempo e espaço concretos, é “sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente” (FOUCAULT, 2005, 31).

Essa noção de acontecimento, que não se repete no ato da enunciação, em sua singularidade datada e situada, nos remete à materialidade dos enunciados e ao sujeito do

enunciado, que não pode ser reduzido aos elementos gramaticais em uma frase, mas o que faz com que uma frase seja um enunciado é o fato de ser possível, assinalar-lhe uma posição de sujeito.

Portanto, é a produção do sujeito pelo discurso, como o mesmo entra nessa *ordem do discurso*, o que o sujeito diz e o que lhe é permitido dizer, sua dispersão nos diversos lugares e as posições que ocupa no discurso, que parece ser a preocupação foucaultiana. Ao destacar o enunciado, ou a função enunciativa como unidade molecular do discurso, ele “quis definir as posições e funções que o sujeito podia ocupar na diversidade dos discursos” (FOUCAULT, 2005, p.225).

O discurso como um conjunto de enunciados, possui uma singularidade, uma materialidade repetível. Nos enunciados há uma posição e dispersão dos sujeitos e, em seu aspecto relacional, os enunciados como grupos, apóiam-se em uma mesma formação discursiva.

Esses grupos de enunciados podem ser definidos em termos de um regime geral, ou seja, ao se buscar nesses enunciados, “seus sistemas de dispersão, os tipos de enunciações, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma mesma formação discursiva” (FOUCAULT, 2005, p.43).

Se o *discurso* é, portanto, um conjunto limitado de *enunciados*, que, em suas formas de dispersão e regularidade, pertencem a uma mesma *formação discursiva*, e se há uma *função enunciativa* que deve ser vista sempre como um acontecimento em condições concretas de existência no tempo e no espaço, impossível de ser esgotada pela língua ou pela busca do sentido e significado das palavras, o “conceito foucaultiano de discurso pressupõe, necessariamente, a idéia de *prática discursiva*” (GREGOLIN, 2004a, p.94).

É o conceito de prática discursiva, definido por Foucault (2005) como um conjunto de “regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa”(p.133), que tomo como uma ferramenta para interpelar as práticas de numeramento de alunas e alunos da EJA.

As práticas de numeramento como práticas discursivas

No início deste texto, destaquei a *novidade* das discussões acerca do numeramento no campo da Educação Matemática e a necessidade de nos voltarmos para as discussões relativas ao letramento na compreensão desse fenômeno.

Com relação à polissemia da palavra numeramento e as suas relações com o letramento Maria da Conceição Fonseca (2004), ao discutir os resultados da pesquisa do INAF⁴ 2002, que descreve o perfil do “alfabetismo matemático” da população brasileira jovem e adulta, destaca que apesar da diversidade de termos usados, todos eles relacionam-se de alguma forma com o conceito de letramento, expresso nos trabalhos de Soares (2001, 2004), evidenciando, nessas relações, o papel social da Educação Matemática na promoção e acesso ao “desenvolvimento (cada vez mais democrático e consciente) de estratégias e possibilidades de leitura do mundo para as quais conceitos e relações, critérios e procedimentos, resultados e culturas matemáticas possam contribuir”. (FONSECA, 2004, p.13).

É, também, Fonseca (2005) que, em entrevista concedida à **Revista Presença Pedagógica** sobre as relações entre letramento e matemática, discute os diferentes usos dos termos alfabetização matemática, letramento matemático, e numeramento. A autora explicita que a *alfabetização matemática*, em um sentido acadêmico, pode ser “entendida como o aprendizado da escrita matemática” (p.6). Para a autora, o uso do termo letramento matemático “é quase uma paródia”(p.6): os autores aproveitariam a reflexão que foi feita para o caso da leitura e da escrita do texto em português e adotariam os mesmos procedimentos para o caso da matemática.

Com relação ao termo numeramento, a autora distingue duas perspectivas: em uma primeira perspectiva, numeramento é visto como “o conjunto de práticas que envolvem conhecimento, registro, habilidades e modos de pensar dos procedimentos matemáticos” (p.15). Nesse caso, o numeramento é visto como um fenômeno paralelo ao fenômeno do letramento.

Outra possibilidade é considerar o numeramento como “um conjunto de habilidades, de estratégias de leitura, de conhecimentos que se incorporam ao letramento” (p.16). Nesse caso, supõe-se que o letramento engloba o numeramento, uma vez que o sujeito, para fazer frente às demandas da leitura e escrita de nossa sociedade precisa mobilizar conceitos, procedimentos, critérios ou perspectivas associadas ao conhecimento matemático.

Ao falarmos em práticas de numeramento, adoto como perspectiva teórica a compreensão sobre o fenômeno do numeramento, incorporado ao fenômeno do letramento, por pressupor que as práticas matemáticas das mulheres e dos homens, em uma sociedade grafocêntrica, estão inscritas em situações de leitura e escrita, ou marcadas pela cultura escrita. Nessas situações, o conhecimento matemático mobilizado se inscreve em um contexto de leitura e escrita, no qual os princípios da cultura escrita são respeitados ou mesmo obedecidos. Mesmo quando essas práticas não são registradas, elas se pautam em um tipo de conhecimento matemático vivenciado em uma cultura grafocêntrica.

Compreendo, portanto, o numeramento não só como o domínio de habilidades matemáticas, mas também, como a capacidade de utilização e compreensão dessas habilidades em um dado contexto social, ou seja, relacionado às práticas sociais, como enfatizado por Dave Baker; Brian Street; Alison Tomlim (2003), Richard Barwell (2004), Jakeline Mendes (2001) e Maria Elena Toledo (2003).

Baker; Street e Tomlim (2003) e Barwell (2004) discutem o numeramento não só relacionado aos eventos nos quais as atividades numéricas estão envolvidas, mas relacionado às concepções culturais que dão significado aos eventos. Destacam a interação e os processos interpretativos, (acrescento, aqui, orais e escritos) e discutem as diferenças entre a matemática escolar e o numeramento, afirmando, inclusive, que este último não é matemática (no sentido da matemática escolar). Relacionam, ainda, os estudos sobre numeramento àqueles desenvolvidos em diferentes abordagens da etnomatemática⁵.

Todas essas nuances mostram indicadores que possibilitam buscar a compreensão sobre as práticas de numeramento como práticas discursivas, na perspectiva das teorizações foucaultianas: o numeramento, assim como o discurso para Foucault, só existe em exercício, *em prática*.

Uma primeira demarcação teórica que é preciso ser feita ou, se quisermos pensar, o solo comum desses dois conceitos é a perspectiva pós-saussuriana da língua como discurso, o que supõe reconhecer o exercício de uma função enunciativa, por um sujeito, em um determinado tempo e espaço social e é, portanto, na materialidade dessa função enunciativa, que as práticas de numeramento como acontecimento se efetivam, ou seja, há sempre um sujeito posicionado como tal nessas práticas, um sujeito do discurso produzido por e nessas práticas.

As práticas de numeramento, na concepção aqui adotada, inscritas em práticas de letramento, instigam os sujeitos a mobilizarem conhecimentos matemáticos diversos, demandados por uma sociedade grafocêntrica, “conhecimentos associados à quantificação, à ordenação, à orientação” e as suas “relações, operações e representações aplicados à resolução problemas” (INAF, 2004, p.5), conhecimentos que pertencem a um campo de saber: o saber matemático.

É na configuração desse campo de saber que o conceito de prática discursiva move-nos a interpelar as práticas de numeramento, pois, na perspectiva foucaultiana, em uma prática discursiva há sempre um saber definido e validado em uma determinada época, e aqui poderíamos pensar o saber matemático, que define as condições de exercício da função enunciativa nas práticas de numeramento escolares e não escolares.

O saber como um objeto de luta e pelo qual se luta, deriva do funcionamento das práticas discursivas:

Um saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um status científico; um espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso; um saber é também um campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam; um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso. (FOUCAULT, 2005, p. 204)

É essa definição de saber que nos leva a interrogar as práticas de numeramento de alunas e alunos da EJA: Que saberes matemáticos são mobilizados nessas práticas? Como é a distribuição e circulação desses saberes? Há diferentes práticas de numeramento para diferentes sujeitos? Como se determinam essas práticas? Como os sujeitos, mulheres e homens, se posicionam e são posicionados nessas práticas? Como essas práticas podem ser cerceadas pela dificuldade dos sujeitos em mobilizar conhecimentos matemáticos escolares, que são os conhecimentos valorizados socialmente? Que enunciados circulam nessas práticas?

Considerando as práticas de numeramento como constituídas pelo saber das pessoas, pelas suas formas de *matematizar*, práticas que muitas vezes diferem do conhecimento matemático escolar que adquiriu status de cientificidade, e que é utilizado pela sociedade como parâmetro para reconhecer como válidas e legítimas determinadas práticas, em detrimento de outras, nos remetemos a Foucault (1979) que chama a atenção para esses saberes não valorizados

socialmente, não validados cientificamente, pela desqualificação como são vistos na sociedade ocidental, considerados como ingênuos, inferiores,

saberes não qualificados, e mesmo desqualificados (...) que chamarei de saber das pessoas e que não é de forma alguma um saber comum, um bom senso mas, ao contrário, um saber particular, regional, local, um saber diferencial incapaz de unanimidade e que só deve sua força à dimensão que o opõe a todos aqueles que o circundam – que realizou a crítica. (FOUCAULT, 1979, p. 170)

Nessa polarização entre o saber das pessoas e o saber considerado legítimo, científico, definido e mantido pela instituição escolar, há um jogo de poder que determina exclusões, possibilidades, interdições, escolhas, que toma como norma a matemática como ciência constituída, “escandida pela oposição verdade e erro, racional e irracional, obstáculo e fecundidade, pureza e impureza, científico e não científico”. (FOUCAULT, 2005, p.212)

Nossa sociedade é, portanto, uma sociedade do discurso, na qual são mobilizados, pelas diversas instituições, (e aqui queremos situar a instituição escolar) mecanismos de apropriação, exclusão e controle do discurso. Gregolim,(2004a) ressalta, que, para Foucault, entre outros mecanismos que funcionam nas sociedades de discurso, há, por exemplo, “a centralidade da escrita em nossa sociedade que promove a exclusão pelo afastamento dos não iniciados nas técnicas de escrituração” (p.104).

É, portanto, nas práticas de numeramento marcadas pela cultura escrita, em nossa sociedade, e entendidas aqui, como práticas discursivas, em sua materialidade datada e situada que diversos enunciados são colocados em circulação, enunciados que em seu conjunto pertencem a uma mesma formação discursiva: o discurso matemático escolar regido pela racionalidade, pelo *domínio da razão*.

Se não “há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma” (FOUCAULT, 2005 p. 205), o sujeito é situado nessas práticas. E se todo saber é o campo no qual o poder se institui, todo poder se exerce em um saber que, por sua vez, engendra o poder.

Em sua fase genealógica⁶, as teorizações foucaultianas vão se voltar para o discurso como objeto de poder. A transição da fase arqueológica para genealógica, em suas teorizações, está no livro “A ordem do discurso” que problematiza a entrada do sujeito nessa *ordem do discurso*: o

que lhe é autorizado dizer, os lugares que o sujeito ocupa no discurso, como a relação saber/poder produz o sujeito e as incidências de um sobre o outro nessa produção:

“Ora, tenho a impressão de que existe, e tentei fazê-la aparecer, uma perpétua articulação do poder com o saber e do saber com o poder. Não podemos nos contentar em dizer que o poder tem necessidade de tal ou tal descoberta, desta ou daquela forma de saber, mas que exercer o poder cria objetos de saber, os faz emergir, acumula informações e as utiliza [...] O exercício do poder cria perpetuamente saber e, inversamente, o saber acarreta efeitos de poder”. (FOUCAULT, 1979, p.141)

Nessa relação saber/poder, situo as práticas de numeramento: práticas sociais escolares (predomínio de um campo de saber, escolar, marcado pela “racionalidade de matriz cartesiana”) e não escolares (marcada pelas necessidades e vivências cotidianas), e é, nesse sentido, que buscamos a compreensão sobre essas práticas de numeramento das alunas e alunos da EJA como práticas discursivas, considerando os discursos que ali se constituem e que constituem essas práticas forjados nas (ou por) relações de poder/ saber que instituem regimes de verdade.

Nessa perspectiva, verdade, poder e saber se entrelaçam e os discursos de uma matemática escolar (legítima?) institui Regime de Verdade, posto que a verdade está “ ligada a sistemas de poder, que a produzem e apóiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem. Regime de Verdade.” (FOUCAULT, 1979,p.14)

Entendemos que, nas práticas de numeramento, esses regimes de verdade ganham status, posicionam sujeitos, geram interdições, autorizam discursos, portanto, autorizam práticas e fazem circular enunciados que posicionam os sujeitos nessas práticas.

Valerie Walkerdine (1988), utilizando o conceito de numeramento, afirma que ele não se refere a um conjunto de habilidades matemáticas a ser aplicado em uma determinada prática, dado que a própria prática engendra em si mesma um conjunto de significados, nos quais o numeramento é produzido. A autora enfatiza que as experiências dos sujeitos, nessas práticas, não são organizadas como sistemas formais, mas como relações vividas de poder e de impossibilidades, “aqui a matemática se torna relações nas quais práticas de numeramento são produzidas e suprimidas”⁷ (p.198).

Ensaio uma conclusão para essas interpelações sobre as práticas de numeramento de alunas e alunos da EJA, como uma prática discursiva, na perspectiva aqui adotada, afirmo a

existência, nessas práticas, de uma produção de sentidos, de verdades e uma posição ocupada pelo sujeito (Quem fala: Mulheres? Homens? De que lugares institucionais? De que espaços sociais?) O sujeito é situado, objeto de um discurso que o subjetiva, que o produz, o sujeito é, portanto, produzido nessas práticas.

Essas práticas, em sua condição de acontecimento, são formadas por um conjunto de regras que, ao colocar em circulação determinados enunciados delimitam, em um tempo e espaço-histórico, em sua materialidade, enfim, o exercício da função enunciativa e as condições em que aparecem os discursos.

Delimitam, ainda, a relação com o saber matemático, não só considerado no eixo saber-ciência, mas também, no eixo saber das pessoas, saberes locais, não qualificados cientificamente, não autorizados. Nesses saberes, há uma relação de poder. Portanto, consideramos que, nas práticas discursivas de numeramento, há um discurso que emerge como um campo de luta, no qual determinados discursos ganham status de cientificidade e se tornam regimes de verdade.

No início deste ensaio, assinalei que o mesmo era lacunar, repleto de não ditos, e talvez, sejam esses não ditos que dificultem o entendimento sobre a posição aqui assumida das práticas de numeramento como práticas discursivas. Para o preenchimento dessas lacunas, (que, com certeza, produzirão outras lacunas) indico a necessidade de uma análise dessas práticas em uma perspectiva genealógica, ou seja, indagar sobre as relações saber/poder e a posição do sujeito nessas práticas, suas leis de regulação, dispersão, suas interdições. Nesse sentido, as teorizações foucaultianas oferecem ferramentas importantes que não foram aqui discutidas: assinalo, dentre elas, a produção da subjetividade pelo discurso, a existência de um campo associado que nos permite reconhecer que todo enunciado “tem sempre margens povoadas de outros enunciados” (FOUCAULT, 2005, p.110) e o entendimento sobre o poder, em seu sentido produtivo, como uma relação de forças que inclui a possibilidade de resistências.

É nesse sentido, que Foucault nos *co-move*, pois nos convida, a não somente indagar sobre como as coisas funcionam, que sentidos elas têm, mas à produção de outros discursos, a construção de um outro regime de verdades. Com relação às práticas de numeramento, ao saber matemático das pessoas, suas formas de matematizar em uma sociedade do discurso, o teórico nos convida não só à valorização desses saberes, mas, à construção de um outro regime de verdades, em que eles sejam ativados e se constituam outros discursos. É preciso, em suas palavras, ativar esses saberes “ locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a

insistência teórica unitária que pretendia depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência detida por alguns” (FOUCAULT, 1979, p. 171).

Notas:

1-Professora dos Cursos de Pedagogia e Matemática da Universidade Vale do Rio Doce e Doutoranda do Programa de Doutorado em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG, sub-linha de Pesquisa Educação Matemática. Celeste.br@globocom

2-Pesquisa em desenvolvimento no curso de Doutorado sob a orientação da professora Dra. Maria da Conceição Ferreira Reis Fonseca e que investiga as configurações das relações de gênero nas práticas de numeramento de alunas e alunos da EJA.

3-Na obra Letramento no Brasil: habilidades matemáticas, Fonseca (2004), chama a atenção para essa pluralidade de denominações utilizadas pelas autoras e autores dos artigos que compõem essa coletânea para referirem-se à dimensão social do fazer matemático.

4-Pesquisa realizada pelo Instituto Paulo Montenegro em parceria com a ONG Ação Educativa, sendo o 4º de uma série , que contemplou em 2001 e 2003, as habilidades de leitura e escrita da população brasileira e, em 2002 e 2004, as habilidades matemáticas.

5-Perspectiva que reconhece a existência de saberes matemáticos nos diversos grupos culturais. Cf. D’AMBRÓSIO (1990), (1997), (2002).

6-Os estudiosos do pensamento de Foucault distribuem seus livros em fases: arqueológica, genealogia e ética. cf. VEIGA-NETO (2004) e Cf. BILLOUET, Pierre (2003).

O próprio Foucault (2005) afirma que faz uma “arqueologia” do saber (a formação do discurso) e uma genealogia do discurso (relações de saber/poder no discurso).Cf. FOUCAULT (1979, 1996)

7-“Here mathematics becomes relations in which numeracy practices are produced and suppressed.” (WALKERDINE, 1988, p.198) (Tradução feita por mim)

Referências Bibliográficas:

BAKER, Dave; STREET, Brian; TOMLIM, Alison. Mathematics as social: understanding relationships between home and school numeracy practices. **For the learning of mathematics**. 23, 3, p. 11-15, nov. 2003.

BARWELL, Richard. What is numeracy? **For the learning of mathematics**, 24, 1, p. 20-22, mar. 2004.

BILLOUET, Pierre. **Foucault**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

CHARTIER, Roger. **A beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes**. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2002.

D’AMBRÓSIO, Ubiratan. **Etnomatemática**. São Paulo: Ática, 1990.

D’AMBRÓSIO, Ubiratan. **Educação Matemática: Da teoria à prática**. 2ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1997.

D’AMBRÓSIO, Ubiratan. **Etnomatemática: Elo entre as tradições e a modernidade**. Belo Horizonte, Autêntica, 2002.

DELEUZE, Gilles(1986). **Foucault**. Trad. Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FONSECA, Maria da Conceição Ferreira Reis(org.). **Letramento no Brasil: Habilidades Matemáticas: reflexões a partir do INAF 2002**. São Paulo: Global:Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Instituto Paulo Montenegro, 2004.

FONSECA, Maria da Conceição Ferreira Reis. O sentido matemático do letramento nas práticas sociais. In: **Presença Pedagógica**. Editora Dimensão. Belo Horizonte: jul/ago, 2005, p. 5 a 19

FOUCAULT, Michel. (1966) **As palavras e as coisas: uma arqueologia das Ciências Humanas**. 8ª. ed. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel.(1969) **A arqueologia do saber**. 7ª ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FOUCAULT, Michel.(1971) **A ordem do discurso**. 7ª ed. Trad. Laura Fraga Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 18ª. Ed. Org e Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso- diálogos& duelos**. São Carlos: Claraluz, 2004a.

GREGOLIN, Maria do Rosário. O enunciado e o arquivo: Foucault (entre)vistas. In: Navarro, Pedro e Sargentini Vanice. **M. Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade**. São Carlos: Claraluz, 2004b

INAF. **2º Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional**: um diagnóstico para a inclusão social-primeiros resultados. São Paulo: Instituto Paulo Montenegro / Educativa, 2002. Disponível em: <<http://www.ipm.org.br>>

INAF. **4º Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional**: um diagnóstico para a inclusão social-Avaliação de Habilidades Matemáticas. São Paulo: instituto Paulo Montenegro/Ação Educativa, 2002. Disponível em < <http://www.ipm.org.br>> Acessado em 09/09/2004.

MENDES, Jackeline Rodrigues. **Ler, escrever e contar**: práticas de numeramento-letramento dos Kaiabi no contexto de formação de professores índios do Parque Indígena do Xingu. Tese de Doutorado. Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas, 2001.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte, Autêntica, 2001.

SOARES, Magda. Letramento e escolarização. In: RIBEIRO, Vera Masagão (org.) **Letramento no Brasil, reflexões a partir do INAF 2001**. São Paulo: Global, 2004, p. 89-113.

TOLEDO, Maria Elena Roman de Oliveira. **A estratégia metacognitivas de pensamento e o registro matemático de adultos pouco escolarizados.** Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação.** 2a ed. .Belo Horizonte: Autêntica,2004.

WALKERDINE, Valerie. **The mastery of reason.** London: Routledge,1988.